

CARTA DE MANAUS POR UMA POLÍTICA ECONÔMICA A SERVIÇO DOS DIREITOS SOCIAIS

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social, reunidos no XXIV Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Manaus/AM, no período de 04 a 07 de setembro de 2005, se manifestam veementemente contrários à política econômica realizada pelo Governo Federal, de forte orientação neoliberal, que se subordina ao capitalismo financeirizado. A opção por uma política que favorece o capital em detrimento das demandas do trabalho vem provocando a elevação progressiva dos juros, o que permitiu aos bancos obter lucro de R\$ 20,8 bilhões em 2004 (Andes, 2005) e enfraquece o setor produtivo, gerando baixos índices de crescimento, aumento do desemprego e precarização do trabalho.

A ampliação do superávit primário (diferença entre arrecadação e gastos, utilizada para pagamento dos juros da dívida pública), que saltou de 3,19% do PIB em 1999 para 4,61% em 2004, vem superando a meta estabelecida pelo próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), que em 2004 foi de 4,5% do PIB. Esta regressiva política econômica que prioriza o pagamento de juros e a redução do chamado “risco Brasil” reduz investimentos em políticas públicas e agrava o “risco social”, provocando:

- 1) redução dos gastos sociais, que em 1995 correspondiam a 85% da arrecadação federal e passaram a corresponder a apenas 75% em 2004. Neste ano, o total de gastos com saúde, educação, assistência social, organização agrária, segurança pública, urbanismo, gestão ambiental, habitação, cultura e saneamento foi de R\$ 70 bilhões, enquanto a despesa com o superávit primário foi de R\$ 81 bilhões (FBO, 2005);
- 2) carga tributária regressiva, já que o aumento de impostos para a classe trabalhadora (impostos sobre o consumo) foi superior aos impostos sobre o patrimônio;
- 3) desmonte da administração pública, pois o cumprimento das metas provoca privatização e desestruturação de equipamentos e serviços públicos e impõe redução de gastos com pessoal, o que inviabiliza realização de concursos públicos;
- 4) devastação dos recursos naturais e do ecossistema, transformando os bens naturais em mercadoria.

Esta política econômica se fortalece na grave crise política que assola a sociedade brasileira e revigora forças conservadoras, provocando o estreitamento da agenda social, a manutenção de elites burguesas no poder, o clientelismo, o fisiologismo e a fragilização das instituições democráticas. Dessa forma, a ênfase na rentabilidade econômica se confronta com os anseios e propostas forjados nas lutas da classe trabalhadora, corroendo a histórica construção dos projetos de esquerda no Brasil.

O enfrentamento a essa direção econômica e social só é possível com a organização coletiva dos trabalhadores e o fortalecimento dos movimentos sociais comprometidos com a defesa dos direitos como processo estratégico de luta democrática e popular visando a emancipação e a construção de uma sociedade não submetida aos ditames do capital. É nesse sentido que a conquista de direitos na ordem do capital não pode ser vista como um fim, como um projeto em si, mas como via de transição a um padrão de civilidade que começa pelo reconhecimento e garantia de direitos no capitalismo, mas

não se esgota nele. Contudo, constitui requisito fundamental na instituição de bases objetivas para radicalização da democracia, pautada na defesa de:

- amplo conjunto de direitos que conformem um sistema de proteção social estatal, universal e equânime;
- fortalecimento dos espaços de participação e controle social, entendidos como espaços de socialização da política;
- política econômica que valorize o investimento produtivo, a geração e ampliação de empregos estáveis e garantidores de direitos, o aumento da renda dos trabalhadores e garanta a socialização da riqueza socialmente produzida;
- aumento crescente de orçamento público para as políticas sociais, com investimentos proporcionais à arrecadação, de caráter progressivo e redistributivo e que não sejam utilizados para gerar o superávit primário.

O Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social denunciam e reagem contra esta avassaladora política econômica excludente e regressiva. A consolidação de direitos requer a recusa intransigente dessa direção política, o fortalecimento de práticas de resistência que estão em sintonia com os princípios de defesa da liberdade, da radicalidade democrática, comprometida com a socialização da riqueza e da participação política, da justiça social e da construção de uma nova ordem societária.

Manaus, 07 de setembro de 2005.
Conselho Federal de Serviço Social – CFESS
Conselhos Regionais de Serviço Social - CRESS
Gestão 2005-2008